

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 19ª REGIÃO

S01 - ADVOGADO

Turno: MANHÃ

| Tipo de Prova |
|---------------|
| 2 |

Sr. Candidato, para ter a sua prova corrigida é obrigatório a marcação do tipo de prova no cartão de respostas. Caso não marque o tipo de prova, o cartão de respostas não será lido, e estará automaticamente eliminado do Concurso Público.

TRANSCREVA, NO SEU CARTÃO DE RESPOSTAS, A FRASE ABAIXO PARA O EXAME GRAFOTÉCNICO:

“Imagine uma nova história para sua vida e acredite nela.” (Paulo Coelho)

ATENÇÃO

Este caderno contém sessenta questões de múltipla escolha, cada uma com cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E).

Verifique se este material está em ordem, caso contrário, notifique imediatamente o fiscal.

O tempo de duração da prova inclui o preenchimento do cartão de respostas.

Duração da prova: 4h

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO

Por motivo de segurança:

- O candidato só poderá retirar-se definitivamente da sala após 1 (uma) hora do início efetivo da prova.
- O candidato poderá retirar-se levando o seu caderno de questões, somente faltando 1 (uma) hora para o término da prova.
- O candidato que optar por se retirar sem levar o seu caderno de questões não poderá copiar suas respostas por qualquer meio.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá se retirar imediatamente do local, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros e/ou bebedouros.
- Ao terminar a prova é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o cartão de respostas assinado. Não se esqueça dos seus pertences.
- Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o cartão de respostas, devendo assinar o Termo de Sala.
- O fiscal de sala não está autorizado a alterar quaisquer dessas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.

BOA PROVA!

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto e responda às questões de 01 a 08.

Hoje eu fui adulto

08h12

Acordei com a certeza de que hoje seria o dia. O dia em que eu colocaria a vida em ordem. Eu não digo “organizar”, porque “organizar” é uma palavra que dá azar. A vida escuta e se sente desafiada. Então eu pensei “apenas alinhar algumas coisas”, com a humildade estratégica de quem quer vencer por cansaço.

08h40

Primeira tarefa de adulto: pagar uma conta antes do vencimento. Um clássico. Abri o aplicativo do banco e, por algum motivo, ele me pediu para reconhecer o rosto. O meu rosto, às 08h40, parecia o de alguém que acabou de sair de uma audiência de cinco horas. O app não reconheceu. Eu também não. Tentamos três vezes e, na terceira, senti que não era uma falha técnica, era um comentário.

09h15

Liguei para resolver uma pendência simples. A gravação me chamou de “você” com uma alegria artificial, como se a máquina tivesse um plano para mim. “Para continuar, digite 1.” Digitei 1. “Desculpe, não entendi.” Digitei 1 de novo, com mais convicção, como se convicção fosse compatível com teclado. “Desculpe, não entendi.” Em algum lugar, alguém programou uma voz para pedir desculpas sem intenção de mudar de comportamento. Um espelho.

09h58

Fui ao mercado com uma lista. A lista era curta, porque eu estava tentando ser uma pessoa melhor. Comprei tudo o que estava na lista, mais três itens que não estavam, e saí com a sensação de vitória. Na porta, percebi que esqueci exatamente o item principal. A vida tem senso de humor. Eu também, mas o dela é mais eficiente.

11h07

Decidi enfrentar o armário. Existe um tipo de maturidade que não aparece em currículo: a coragem de abrir uma gaveta e não fechar com força. Tirei uma pilha de papéis antigos, garantias de coisas que já nem existem, contratos de serviços que eu nem lembro por que contratei, e uma nota fiscal de 2017 que parecia ter sobrevivido por teimosia. Em algum momento, pensei: “Eu devia digitalizar isso.” Logo depois, pensei: “Eu devia digitalizar minha personalidade.”

12h23

Almocei “de forma consciente”. Tradução: comi olhando para a janela, fingindo que eu era uma pessoa contemplativa e não alguém que estava fugindo de notificações. A comida estava boa, e eu senti uma gratidão sincera por ainda existir arroz no mundo. Adulto é isso também, eu acho, elogiar o básico.

14h10

Resolvi fazer exercício de adulto: dizer “não”. Recebi uma mensagem pedindo um favor. Eu estava cansado e atrasado com tudo, então eu ia dizer “não”. Mas eu disse “claro”, porque meu “não” ainda está em fase de alfabetização. Para compensar, eu escrevi “claro” sem ponto de exclamação, que é o meu jeito atual de impor limites.

15h36

Tentei marcar uma consulta. O atendente pediu documento, data de nascimento, endereço, telefone, e, pelo tom, quase pediu um relato completo das minhas últimas cinco decisões. No fim, não tinha horário. Eu agradeci, como se a ausência de horário fosse uma gentileza oferecida exclusivamente a mim. Desliguei e senti uma coisa estranha, uma mistura de impotência e alívio. Talvez eu não quisesse mesmo resolver nada hoje. Talvez eu goste desse caos, desde que eu possa reclamar dele com propriedade.

18h02

Voltei para casa com sacolas e uma dignidade frágil. Coloquei tudo no lugar e, por quinze minutos, a casa pareceu uma propaganda de vida adulta. Aí eu lembrei da conta que eu não paguei, da pendência que eu não resolvi, do favor que eu aceitei, e do item principal do mercado que eu esqueci. A propaganda acabou, mas ficou a trilha sonora da culpa.

21h17

Pensei em escrever um “plano” para amanhã. Listei metas, horários, prioridades. Li o que escrevi e achei bonito. Quase poético. Eu tenho um talento real para planejar uma pessoa que eu ainda não sou.

23h04

Conclusão do dia: eu fui adulto, sim. Só que do jeito que dá. Adulto não é alguém que controla tudo. Adulto é alguém que falha, anota mentalmente a falha, e tenta falhar com um pouco mais de estilo na próxima vez. Hoje eu falhei com elegância moderada. Amanhã, se a vida deixar, eu subo o nível.

Fonte: Banca Examinadora

Questão 1

Ao dizer que “a vida escuta e se sente desafiada”, o texto produz o efeito de:

- (A) tratar o cotidiano como adversário brincalhão, dando leveza ao desejo de controlar o dia e suas tarefas.
- (B) apresentar o azar como regra literal, explicando os tropeços do narrador por uma crença séria e constante.
- (C) colocar intenção no banco, sugerindo que o aplicativo reage ao usuário e toma decisões por provocação deliberada.
- (D) isentar o narrador de culpa, afirmando que tudo ocorre inevitavelmente e nenhuma escolha mudaria mesmo o resultado.
- (E) anunciar uma lição moral direta, preparando o leitor para um ensinamento final bem formulado e sempre obrigatório.

Questão 2

A sequência “O app não reconheceu. Eu também não.” reforça, sobretudo:

- (A) a hipótese de fraude e bloqueio de acesso, indicando que a validação falhou por segurança do banco mesmo.
- (B) a negação literal de identidade, como se ele não soubesse quem é, sem qualquer intenção de humor mesmo.
- (C) a confirmação de falha do banco, pois o narrador se mostra seguro do rosto e dos próprios dados.
- (D) a defesa de senha tradicional, porque a biometria aparece como inútil e incapaz de validar o usuário hoje.
- (E) a ligação entre falha do app e estranhamento do narrador, sugerindo insegurança consigo por um instante súbito ali.

Questão 3

Ao passar de “Eu devia digitalizar isso” para “Eu devia digitalizar minha personalidade”, o texto sugere:

- (A) que arrumar papéis resolve o emocional, como se bastasse organizar gavetas para eliminar ansiedade e culpa por completo.
- (B) um exagero irônico que mistura arquivo e identidade, como se o eu pudesse virar pasta no computador também.
- (C) a vontade de apagar o passado, porque digitalizar equivaleria a sumir com rastros e evitar cobranças futuras depois.
- (D) uma decisão prática imediata, pois ele pretende converter traços pessoais em arquivos e relatórios digitais de verdade aqui.
- (E) uma preocupação com autocuidado, já que a frase descreve rotina objetiva para melhorar o bem-estar dele hoje mesmo.

Questão 4

Ao concluir que “falhou com elegância moderada” e que amanhã “sobe o nível”, o narrador:

- (A) assume superação completa, mostrando que resolveu tudo e encerrou as pendências.
- (B) transforma a experiência em sermão, cobrando disciplina como regra para o leitor.
- (C) abandona o tema do cotidiano e passa a fazer motivação genérica sem ligação com o dia.
- (D) redefine maturidade como insistência imperfeita, com humor e ajuste de expectativas.
- (E) encerra apenas com piada, evitando qualquer síntese do que viveu.

Questão 5

Considerando o texto como um todo, a ideia principal e a função comunicativa do relato se organizam para:

- (A) demonstrar que a vida adulta depende de controle total, e que os episódios são degraus até uma superação completa ao fim do dia.
- (B) denunciar a má qualidade de serviços e atendimentos, usando as situações como prova para convencer o leitor a evitar aplicativos, gravações e filas sempre que possível.
- (C) narrar com autoironia uma tentativa de “dar conta” e redefinir maturidade como insistência imperfeita, usando cenas do dia como exemplos que sustentam essa leitura.
- (D) ensinar um roteiro de organização pessoal, em que horários e tarefas funcionam como modelo de disciplina a ser repetido pelo leitor para obter produtividade constante.
- (E) defender que planejar é inútil e que a espontaneidade é superior, pois a sequência mostra que listas e metas só geram frustração e culpa desnecessárias.

Questão 6

No texto, o narrador usa expressões muito comuns em reuniões e na linguagem de produtividade, como “alinhar”, “pendência”, “plano” e “subo o nível”.

Esse vocabulário contribui para:

- (A) simular uma reportagem objetiva, relatando eventos sem envolvimento pessoal e priorizando informação imparcial, com foco em fatos, sobre atendimentos e serviços.
- (B) dar tom de justificativa formal, como se o narrador se defendesse diante de uma cobrança externa e tentasse reduzir sua responsabilidade.
- (C) construir clima de confissão, com culpa e promessa de mudança total, como se o relato fosse penitência pessoal, sem muita ironia.
- (D) adotar tom de relatório técnico, descrevendo fatos com neutralidade e medição, como se o dia inteiro fosse um experimento controlado, frio.
- (E) criar autoironia, tratando o dia como plano de produtividade e destacando o contraste entre discurso de eficiência e tropeços do cotidiano.

Questão 7

Considere referência como o uso de pronome que retoma um termo anterior. No trecho: **“Paula revisou o relatório. Ele foi enviado hoje. Carlos fez o mesmo e Ana, também. Por isso, o cliente recebeu a versão final.”**, a correspondência correta entre mecanismos de coesão e exemplos é:

- (A) A referência é “fez o mesmo”, a substituição é “ele”, a elipse é “por isso”, e o conector é “Ana, também”.
- (B) A referência é “Ana, também”, a substituição é “por isso”, a elipse é “ele”, e o conector é “fez o mesmo”.
- (C) A referência é “ele”, a substituição é “fez o mesmo”, a elipse é “Ana, também”, e o conector é “por isso”.
- (D) A referência é “por isso”, a substituição é “Ana, também”, a elipse é “fez o mesmo”, e o conector é “ele”.
- (E) A referência é “ele”, a substituição é “Ana, também”, a elipse é “fez o mesmo”, e o conector é “por isso”.

Questão 8

A coerência do texto se sustenta pela forma como as ideias avançam até a conclusão. Considerando a sequência dos episódios, a progressão lógica mais adequada é a de:

- (A) reunir cenas independentes sem ligação entre si, e encerrar com uma conclusão que muda de assunto e não conversa com o que veio antes.
- (B) começar com intenção de controle, acumular pequenas frustrações cotidianas, e terminar redefinindo “ser adulto” como lidar com falhas sem drama.
- (C) construir uma denúncia sobre serviços e atendimentos, e finalizar defendendo abandonar aplicativos, gravações e filas como regra geral.
- (D) partir de humor leve, caminhar para pessimismo total, e concluir que planejar é inútil e que o melhor é desistir de tentar.
- (E) iniciar com plano de organização, mostrar melhora constante ao longo do dia, e fechar com solução efetiva de todas as pendências.

Questão 9

Leia o trecho.

“Na cidade, os relógios engolem as horas, o asfalto bebe a chuva, e as vitrines piscam promessas. A noite veste terno e sorri com dentes de neon. Caminho e carrego no bolso um silêncio pesado, uma pedra que fala.”

As figuras de linguagem mais recorrentes no trecho são:

- (A) personificação e metáfora, porque objetos e ideias ganham ações humanas e imagens simbólicas sustentam o tom do texto.
- (B) antítese e paradoxo, porque o sentido se organiza por oposições explícitas e por contradições assumidas como verdade.
- (C) metonímia e ironia, porque partes substituem o todo e a voz do narrador afirma o contrário do que pretende dizer.
- (D) hipérbole e eufemismo, porque há exageros intencionais e suavização de termos para evitar impacto direto no leitor.
- (E) comparação e onomatopeia, porque o texto usa marcas como “como” para comparar e reproduz sons por palavras imitativas.

Questão 10

Assinale a alternativa em que o emprego do acento indicativo de crase é obrigatório, conforme a norma-padrão:

- (A) A diretoria solicitou esclarecimentos a respeito do contrato, mas não informou prazo para resposta.
- (B) Enviei o relatório a ela ainda hoje, pois a assinatura precisava ser conferida com urgência.
- (C) Assistimos a uma palestra sobre ética ontem, e o debate continuou até o encerramento do evento.
- (D) Entreguei a documentação à diretora do setor hoje, e pedi confirmação de recebimento por escrito.
- (E) Referi-me a esta cláusula durante a reunião, e expliquei o impacto dela no cronograma do projeto.

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Questão 11

Na fiscalização de pessoa jurídica, o CREF identifica oferta de serviços de atividades físicas online sem registro no Sistema CONFEF/CREFs.

Assinale a alternativa correta sobre a sanção prevista na Resolução CONFEF nº 582/2025.

- (A) Advertência escrita e monitoramento trimestral, sem multa.
- (B) Multa de uma a duas anuidades, com termo de compromisso e registro em base nacional.
- (C) Multa de três a quatro anuidades, com plano de regularização e certificado atualizado.
- (D) Multa de cinco anuidades ou suspensão do certificado de registro até quinze dias.
- (E) Censura pública e cancelamento automático do registro, com impedimento nacional imediato.

Questão 12

A Resolução CONFEF nº 509/2023 prevê procedimento de implementação do Código Processual de Ética.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Procedimentos definidos por portaria interna, com autonomia integral e comunicação anual ao CONFEF.
- (B) Aplicação apenas a novos processos, mantendo os anteriores no rito antigo até o encerramento regional.
- (C) Aplicação por decisão jurídica, condicionada a publicação estadual e registro em cartório.
- (D) Aplicação por convênio com tribunal local, com validação por câmara estadual.
- (E) Procedimentos aprovados pelo plenário de cada CREF e encaminhados ao CONFEF para homologação.

Questão 13

Na fiscalização virtual do CREF19/AL, a prova da atuação irregular pode ser formada por elementos digitais.

Assinale a alternativa correta sobre esses elementos indicativos.

- (A) Os elementos se limitam a ata notarial e boletim de ocorrência, com juntada posterior em juízo.
- (B) Os elementos se limitam a contrato e comprovantes de pagamento, com identificação completa do beneficiário.
- (C) Os elementos se restringem a declaração do denunciante e relatório interno, com validação por comissão externa.
- (D) Os elementos podem incluir links, printscreen, vídeos, fotos e instrumentos similares que indiquem atuação virtual irregular.
- (E) Os elementos se limitam a áudios e conversas privadas, desde que validados em cartório.

Questão 14

A Resolução CONFEF nº 514/2023 trata de desconto de anuidade em calamidade pública ou estado de emergência. Assinale a alternativa correta sobre os requisitos centrais.

- (A) Requerimento em até cento e oitenta dias, com calamidade ou emergência oficialmente decretada e demonstração de prejuízo financeiro.
- (B) Concessão de ofício por notícia pública, com comprovação substituída por declaração do profissional.
- (C) Concessão em qualquer tempo, com retroatividade de cinco anos.
- (D) Pedido coletivo sem prova de residência ou atuação anterior ao evento.
- (E) Concessão por publicação interna, com dispensa de comprovação e de estimativa de impacto na receita.

Questão 15

A Resolução CONFEF nº 434/2021 admite substituir a cópia do diploma por documento da instituição de ensino em até cento e oitenta dias da colação.

Assinale a alternativa correta sobre conteúdo mínimo desse documento.

- (A) Nome, CPF, data de colação, data de matrícula, média final e carga horária.
- (B) Nome, CPF, data de ingresso, data de colação, data de expedição do diploma e endereço da instituição.
- (C) Nome, RG e CPF, data de autorização e reconhecimento do curso, base legal, data de ingresso e data de colação.
- (D) Nome, RG e CPF, data de colação, data de registro do diploma, nome do coordenador e histórico completo.
- (E) Nome, RG e CPF, data de ingresso, data de colação, comprovante de residência e assinatura do responsável técnico do CREF.

Questão 16

Na emissão da Carteira de Identidade Profissional em versão digital (e-CIP), a regra de organização do sistema informatizado impacta padronização e controle.

Assinale a alternativa correta conforme a Resolução CONFEF nº 583/2025.

- (A) Base de dados centralizada no CONFEF e expedição da CIP pelos CREFs.
- (B) Base e emissão sob gestão do CREF expedidor, com autonomia para formato e validade.
- (C) Base sob gestão do Ministério do Esporte, integrada ao cadastro nacional de entidades esportivas.
- (D) Base sob gestão do profissional, com validação por assinatura eletrônica em aplicativo.
- (E) Base sob gestão de empresa contratada, com acesso restrito a estabelecimentos cadastrados.

Questão 17

Na cobrança judicial de anuidades, a Resolução CONFEF nº 515/2023 define hipóteses de crédito irrecuperável.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Crédito com parcelamento regular, pois a cobrança perde utilidade e o acordo produz quitação automática.
- (B) Crédito com atraso inferior a noventa dias, pois o custo administrativo supera o benefício financeiro.
- (C) Crédito de qualquer valor, por decisão singular do tesoureiro regional.
- (D) Crédito exigido de pessoa jurídica com falência decretada e arrecadação insuficiente para quitar débitos.
- (E) Crédito com garantia real, pois a execução se torna substituível por cobrança administrativa.

Questão 18

No rito de apuração de facilitação ou exercício profissional sem registro no CREF19/AL, os prazos de defesa e recurso são definidos de forma objetiva.

Assinale a alternativa correta sobre esses prazos.

- (A) Defesa prévia em três dias úteis e recurso ao CONFEF em quinze dias corridos após intimação.
- (B) Defesa prévia em cinco dias úteis e recurso ao CONFEF em dez dias contados da ciência da decisão.
- (C) Defesa prévia em dez dias corridos e recurso ao CONFEF em trinta dias após publicação oficial.
- (D) Defesa prévia em quinze dias úteis e recurso ao CONFEF em cinco dias úteis após ciência da decisão.
- (E) Defesa prévia em trinta dias corridos e recurso ao CONFEF em trinta dias corridos após homologação plenária.

Questão 19

Na responsabilização de pessoa jurídica, a denúncia precisa trazer elementos mínimos.

Assinale a alternativa correta conforme a Resolução CONFEF nº 511/2023.

- (A) Denúncia por ligação, com protocolo, e instrução após oitiva obrigatória do representante legal.
- (B) Denúncia escrita e assinada, com qualificação, descrição circunstanciada e indicação de meios de prova.
- (C) Denúncia anônima, com triagem automática, e apuração após confirmação presencial da autoria.
- (D) Denúncia por e-mail, com prova pericial obrigatória e taxa administrativa paga pelo denunciante.
- (E) Denúncia por termo presencial, com testemunhas e firma reconhecida, com instrução restrita a documentos internos.

Questão 20

No Regimento Interno do CREF19/AL, a entidade é caracterizada por natureza jurídica e autonomia próprias.

Assinale a alternativa correta sobre essa caracterização.

- (A) Pessoa jurídica de direito público, com natureza autárquica corporativa especial e autonomia administrativa, financeira e patrimonial.
- (B) Órgão consultivo estadual, com recomendações técnicas e sem poder fiscalizatório.
- (C) Entidade sindical, com negociação coletiva e disciplina de contratos de trabalho do setor.
- (D) Fundação pública municipal, com vínculo hierárquico ao Executivo local e orçamento anual autorizado pelo Prefeito.
- (E) Associação civil privada, mantida por contribuições voluntárias e fiscalização por convênios.

Questão 21

Na cobrança de anuidades e multas no CREF19/AL, o parcelamento produz efeitos sobre certidões e protesto.

Assinale a alternativa correta sobre esse efeito.

- (A) O parcelamento autoriza certidão positiva com efeito de negativa enquanto vigente e permite carta de anuência para baixa posterior do protesto.
- (B) O parcelamento permite certidão negativa e baixa do protesto, ainda que o acordo esteja em curso.
- (C) O parcelamento impede emissão de certidões e exige quitação integral para liberar contratação pública.
- (D) O parcelamento autoriza certidão positiva comum e condiciona qualquer efeito a execução fiscal já ajuizada.
- (E) O parcelamento suspende o processo, mas mantém protesto ativo e bloqueia certidões até a última parcela.

Questão 22

No pagamento de diárias no CREF19/AL, há hipóteses em que o valor é concedido pela metade.

Assinale a alternativa correta sobre essas hipóteses.

- (A) A metade é aplicada em deslocamento interestadual, em capital e em viagens com escala, para equalizar custos do trajeto.
- (B) A metade é aplicada em reuniões internas, em eventos externos e em treinamentos, por padronização do valor indenizatório.
- (C) A metade é aplicada quando o afastamento dispensa pernoite, no dia de retorno à origem e quando houver hospedagem fornecida.
- (D) A metade é aplicada quando houver prorrogação autorizada, quando houver troca de rota e quando ocorrer alteração de horário do evento.
- (E) A metade é aplicada quando houver emissão de relatório, quando houver lista de presença e quando houver passagem adquirida pelo Conselho.

Questão 23

A Resolução CONFEF nº 472/2023 aprova o Regimento Interno do CREF19/AL e trata da norma matricial.

Assinale a alternativa correta.

- (A) O Estatuto passa a ser norma matricial e o Regimento anterior permanece como auxiliar.
- (B) O Regimento Interno é aprovado e, com base na Lei 9.696/1998, revoga expressamente o Estatuto do CREF19/AL.
- (C) O Regimento é aprovado, mas depende de referendo do Executivo estadual para produzir efeitos.
- (D) O Estatuto permanece matricial e o Regimento aprovado serve apenas para rotinas administrativas.
- (E) O Regimento aprovado substitui apenas normas eleitorais, mantendo o Estatuto em vigor para os demais temas.

Questão 24

A Resolução CREF19/AL nº 049/2022 define requisitos para nomeação de Profissional Delegado.

Assinale a alternativa correta sobre requisitos básicos de nomeação.

- (A) Ser brasileiro, ter registro há seis meses, possuir especialidade registrada e apresentar carta de indicação de academias locais.
- (B) Ser brasileiro ou naturalizado, ser graduado, ter registro no CREF19/AL por no mínimo dois anos e estar em pleno gozo de direitos.
- (C) Ser graduando, ter registro provisório, atuar no interior e comprovar participação em eventos no último ano.
- (D) Ser registrado em qualquer CREF, comprovar experiência e apresentar declaração de idoneidade firmada por beneficiários.
- (E) Ser graduado, ter registro ativo há um ano, estar adimplente e comprovar atuação como responsável técnico em pessoa jurídica registrada.

Questão 25

A Resolução CREF19/AL nº 044/2021 trata do registro de estabelecimentos despersonificados.

Assinale a alternativa correta sobre o efeito do deferimento do registro quanto à anuidade.

- (A) O deferimento do registro configura fator gerador de anuidade, com cobrança proporcional ao período.
- (B) O deferimento do registro dispensa obrigações cadastrais futuras e substitui anuidade por taxa anual.
- (C) O deferimento do registro exige pagamento antecipado de anuidade e condiciona arquivamento de documentos.
- (D) O deferimento do registro isenta multas e condiciona cobrança a deliberação plenária caso a caso.
- (E) O deferimento do registro não configura fator gerador de anuidade para fins de cobrança.

Questão 26

No julgamento ético-disciplinar, a sanção pecuniária precisa respeitar moldura prevista para multa.

Assinale a alternativa correta conforme a Resolução CONFEF nº 548/2024.

- (A) Multa de uma a cinco vezes o valor da anuidade.
- (B) Multa de dez vezes o valor da anuidade, com atualização automática.
- (C) Multa equivalente ao dobro do prejuízo apurado, com apuração pericial.
- (D) Multa equivalente ao custo administrativo do processo, com cálculo por horas de trabalho.
- (E) Multa equivalente ao faturamento mensal do profissional, com teto por deliberação plenária.

Questão 27

A Resolução CONFEF nº 490/2023 define requisitos para alteração de nome civil para nome social nos assentamentos do Sistema.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Requerimento assinado, cópia do RG com nome social e duas fotos 3x4 recentes e de frente.
- (B) Requerimento assinado, certidão judicial de retificação e comprovante de residência dos últimos noventa dias.
- (C) Requerimento assinado, declaração do empregador e cópia do diploma autenticada em cartório do domicílio.
- (D) Requerimento assinado, laudo médico e ofício do CREF informando deferimento prévio em processo.
- (E) Requerimento assinado, ata notarial e comprovante bancário de uso público do nome social.

Questão 28

No Código de Ética Profissional, a norma define beneficiário e destinatário.

Assinale a alternativa correta conforme a Resolução CONFEF nº 508/2023.

- (A) Beneficiário é o conselho regional e destinatário é o estabelecimento que presta serviço ao público.
- (B) Beneficiário é o ente público contratante e destinatário é a categoria profissional em programas de capacitação.
- (C) Beneficiário é o indivíduo ou instituição que utiliza os serviços, e destinatário é o Profissional de Educação Física.
- (D) Beneficiário é o responsável técnico e destinatário é o usuário, que assume o risco do exercício.
- (E) Beneficiário é o Sistema e destinatário é o cidadão que solicita informação por canais de transparência.

Questão 29

A Resolução CONFEF nº 433/2021 disciplina o procedimento de inscrição profissional no Sistema.

Assinale a alternativa correta sobre o núcleo dessa disciplina.

- (A) A inscrição ocorre no CREF e a homologação do registro ocorre no CONFEF, por conferência cruzada entre unidades federativas.
- (B) A inscrição é facultativa e serve apenas para emissão da carteira profissional, sem relação com o registro nos assentamentos do Sistema.
- (C) A inscrição ocorre no CONFEF, é pré-requisito para o registro profissional e sua operacionalidade é de responsabilidade do CONFEF.
- (D) A inscrição ocorre no Ministério do Esporte e, depois, o profissional escolhe o CREF para abrir o registro e emitir o certificado.
- (E) A inscrição ocorre em qualquer CREF e, após deferimento local, o CONFEF valida a inscrição em reunião ordinária para produzir efeitos.

Questão 30

A Resolução CREF19/AL nº 040/2021 define “suspensão de atividades” como ato preventivo adotado durante fiscalização.

Assinale a alternativa correta sobre uma situação típica de suspensão.

- (A) Atraso cadastral, mesmo com profissional presente, com comunicação posterior ao setor de registros.
- (B) Variação de horário do responsável técnico, ainda que haja profissional presente e atendendo beneficiários.
- (C) Estabelecimento em funcionamento sem profissional habilitado, com beneficiários se exercitando no local.
- (D) Irregularidade sanitária do imóvel, independentemente de presença de profissionais.
- (E) Atendimento por agendamento, com controle por planilha interna e ciência do beneficiário.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**Questão 31**

Sobre Administração Indireta e controle da Administração, analise as afirmativas.

- I. Autarquia integra a Administração Indireta, possui personalidade jurídica de direito público e costuma ser criada por lei específica para desempenhar atividade típica do Estado.
- II. Empresa pública e sociedade de economia mista compõem a Administração Indireta com personalidade de direito privado, sujeitas a controles finalísticos e à prestação de contas conforme regime jurídico aplicável.
- III. Fundação pública pode ser estruturada com personalidade de direito público ou de direito privado, conforme lei instituidora, e sua atuação se orienta por finalidade pública definida no ato de criação.
- IV. O controle da Administração abrange mecanismos internos e externos, com atuação do Tribunal de Contas sobre aplicação de recursos, licitações e contratos, além de outras formas de fiscalização.
- V. Entre Administração Direta e entidades da Indireta, predomina relação de vinculação e tutela, com controle de resultados e finalidades, diferente da hierarquia típica de cadeia de comando.

Estão corretas as afirmativas:

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) I, II, III e IV, apenas.
- (C) II, III e V, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III, IV e V.

Questão 32

Sobre crédito tributário, lançamento, decadência e prescrição, analise as afirmativas.

- I. O lançamento por homologação dispensa pagamento antecipado e ocorre por declaração anual apresentada pelo contribuinte, com constituição do crédito apenas ao fim do período.
- II. A decadência, em regra, conta cinco anos a partir do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado, nas hipóteses do art. 173, I, do CTN.
- III. A prescrição conta cinco anos da constituição definitiva do crédito e pode ser interrompida pelo despacho do juiz que ordena a citação na execução fiscal, conforme o CTN.
- IV. A revisão do lançamento ocorre apenas por iniciativa do contribuinte e depende de confissão judicial do sujeito ativo para reabrir a apuração do crédito.
- V. A repetição do indébito exige prova do pagamento indevido e observância do prazo prescricional aplicável, com atualização conforme critérios legais de cálculo.

Estão corretas as afirmativas:

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) I, II, III e IV, apenas.
- (C) II, III e V, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III, IV e V.

Questão 33

No desenho constitucional da Justiça do Trabalho, a competência material evita escolhas processuais equivocadas em ações envolvendo entes públicos e terceirização.

Marque a alternativa correta sobre competência e órgãos.

- (A) A Justiça do Trabalho julga controvérsias de servidores estatutários e celetistas, pois qualquer vínculo com a Administração configura relação de trabalho para fins constitucionais.
- (B) A Justiça do Trabalho se compõe de Juizados Especiais, Tribunais Regionais Federais e Tribunal Superior do Trabalho, com competência recursal unificada para todo o território nacional.
- (C) A Justiça do Trabalho é formada por Varas do Trabalho, Tribunais Regionais do Trabalho e Tribunal Superior do Trabalho, e julga controvérsias da relação de trabalho, preservadas causas estatutárias na Justiça comum.
- (D) A competência trabalhista se limita a contratos regidos pela CLT e exclui indenizações por dano moral ligadas à relação de trabalho, direcionando essas ações para a Justiça estadual.
- (E) A Justiça do Trabalho julga dissídios coletivos, enquanto dissídios individuais e execuções de contribuições sociais seguem para a Justiça Federal por competência material.

Questão 34

Sobre convenções coletivas de trabalho e acordos coletivos de trabalho, analise as afirmativas.

- I. O acordo coletivo envolve sindicato profissional e empresa, enquanto a convenção coletiva envolve sindicato profissional e sindicato econômico.
- II. A legislação trabalhista prevê matérias em que o negociado prevalece sobre o legislado, ao lado de temas preservados como núcleo de direitos indisponíveis.
- III. O instrumento coletivo produz efeitos dentro da base de representatividade e durante a vigência pactuada, com regras próprias de aplicação às categorias abrangidas.
- IV. O banco de horas anual costuma ser pactuado por instrumento coletivo, e a lei admite banco de horas por ajuste individual escrito em prazo mais curto, conforme requisitos legais.
- V. A CLT limita a vigência do instrumento coletivo a dois anos e veda ultratividade, exigindo nova pactuação para manutenção de cláusulas ao fim do prazo.

Estão corretas as afirmativas:

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) I, II, III e IV, apenas.
- (C) II, III e V, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III, IV e V.

Questão 35

Sobre recursos e remessa oficial no processo civil, analise as afirmativas.

- I. Embargos de declaração interrompem o prazo para interposição de outros recursos, inclusive para a parte que os opõe.
- II. Apelação possui, como regra, efeito devolutivo e suspensivo, com exceções previstas em lei.
- III. Remessa oficial incide em hipóteses legais de sentença contra a Fazenda Pública, com dispensa quando o valor da condenação se enquadra nos limites fixados.
- IV. Agravo de instrumento se volta a decisões interlocutórias previstas em lei e em hipóteses reconhecidas pela jurisprudência, com exigência de impugnação específica.
- V. Recurso especial admite reexame de fatos e provas quando a causa envolve interesse público municipal e impacto social relevante.

Estão corretas as afirmativas:

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) I, II, III e IV, apenas.
- (C) II, III e V, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III, IV e V.

Questão 36

Sobre competência e perpetuação da jurisdição no processo civil, analise as afirmativas.

- I. A competência absoluta admite prorrogação quando o vício deixa de ser suscitado em preliminar de contestação.
- II. A incompetência relativa deve ser arguida em preliminar de contestação, sob pena de prorrogação da competência.
- III. A competência se fixa no momento do registro ou distribuição e tende a permanecer ao longo do processo, ressalvadas hipóteses legais de alteração.
- IV. O conflito de competência pode ser suscitado por juiz, parte ou Ministério Público, conforme hipóteses legais.
- V. A competência internacional exclusiva sobre imóveis situados no Brasil admite eleição contratual de foro estrangeiro para julgar direitos reais imobiliários.

Estão corretas as afirmativas:

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) I, II, III e IV, apenas.
- (C) II, III e V, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III, IV e V.

Questão 37

No Código Tributário Nacional, responsabilidade e substituição tributária mudam o ponto de contato entre fato gerador e sujeito passivo.

Marque a alternativa correta sobre esses institutos.

- (A) A substituição tributária decorre de lei e atribui a terceiro o recolhimento de tributo ligado a fato gerador praticado por outro, com disciplina própria de ajustes e restituição.
- (B) A responsabilidade por sucessão exige decisão judicial prévia e surge após lançamento definitivo, transferindo ao Fisco todos os bens do sucedido como garantia integral do crédito.
- (C) A solidariedade tributária se forma por convenção entre particulares e permite ao contribuinte eleger o ente federativo destinatário do tributo, conforme o benefício econômico obtido.
- (D) A responsabilidade pessoal de terceiros decorre do cargo ocupado e se configura com o inadimplemento, com imputação direta ao gestor em qualquer atraso no pagamento do tributo.
- (E) A capacidade tributária ativa se delega por contrato entre Municípios, permitindo que um institua tributo em nome de outro mediante convênio administrativo de arrecadação.

Questão 38

Na ação de improbidade administrativa, as mudanças da Lei nº 14.230/2021 exigem leitura cuidadosa de tipicidade, elemento subjetivo e dosimetria das sanções.

Marque a alternativa correta sobre o regime atual.

- (A) Violação a princípios se configura por culpa grave e irregularidade formal relevante, com multa civil em caráter pedagógico e ressarcimento por presunção de prejuízo.
- (B) Enriquecimento ilícito admite imputação objetiva pela vantagem patrimonial, cabendo ao agente provar origem lícita para afastar sanções pessoais e efeitos patrimoniais.
- (C) Lesão ao erário se estrutura por dano presumido em qualquer ilegalidade, e a prova do prejuízo se substitui por estimativa genérica em relatório de auditoria.
- (D) As sanções operam após sentença de primeiro grau e se comunicam integralmente aos coautores, com perda de função e suspensão de direitos de forma automática.
- (E) A improbidade exige dolo e tipicidade, com correlação entre fatos e tipo legal, e as sanções se dosam conforme gravidade e participação, em processo com contraditório.

Questão 39

No balcão da arrecadação municipal, uma empresa precisa de certidão para contratar com a Prefeitura. Existe débito de ISS inscrito, e a empresa aderiu a parcelamento e mantém pagamento regular.

Assinale a alternativa correta sobre efeito do parcelamento e tipo de certidão.

- (A) O parcelamento equivale a confissão irretratável com exigibilidade imediata, e a certidão cabível é positiva comum, pois a inscrição impede emissão de documento com efeito liberatório.
- (B) O parcelamento extingue o crédito tributário e permite certidão negativa plena, pois a adesão produz quitação automática e substitui a necessidade de pagamento integral do débito.
- (C) O parcelamento suspende a exigibilidade do crédito e permite certidão positiva com efeitos de negativa enquanto o acordo estiver regular e as parcelas forem pagas no vencimento.
- (D) O parcelamento converte o crédito em obrigação civil, e a certidão depende de garantia real do débito, com averbação em cartório como condição de emissão municipal.
- (E) O parcelamento exige homologação judicial para suspender a exigibilidade, e a certidão dependerá de penhora efetivada em execução fiscal ajuizada com citação válida.

Questão 40

No incidente de desconsideração da personalidade jurídica previsto no Código de Processo Civil, o contraditório evita surpresa patrimonial e organiza o redirecionamento.

O incidente se estrutura por:

- (A) decisão de ofício, com redirecionamento imediato da execução e intimação posterior do sócio, para discutir responsabilidade em embargos após a constrição patrimonial.
- (B) pedido apenas na petição inicial, com julgamento em sentença e inclusão do sócio como litisconsorte necessário, com eliminação da fase incidental de contraditório.
- (C) requerimento administrativo perante a Junta Comercial, com inscrição do sócio em cadastro de inadimplentes e expedição de certidão para cobrança direta do patrimônio.
- (D) requerimento em audiência, com inclusão automática do sócio e prazo comum de cinco dias para manifestação, ficando a prova limitada aos documentos já juntados.
- (E) instauração a pedido da parte ou do Ministério Público quando cabível, com citação do sócio ou da pessoa jurídica, fase de manifestação e prova, e decisão específica passível de recurso.

Questão 41

Na advocacia pública municipal, uma servidora obtém sentença condenatória ao pagamento de diferenças remuneratórias e inicia cumprimento com planilha. O Município aponta regime constitucional de pagamento e apresenta impugnação sobre índices.

Assinale a alternativa correta sobre o rito aplicável.

- (A) O cumprimento segue rito comum, com penhora imediata em contas públicas, leilão e pagamento direto ao credor após intimação do ente para impugnação.
- (B) O rito prevê intimação para impugnação, apuração do valor e expedição de requisição de pequeno valor ou precatório conforme o montante, com pagamento pela via constitucional.
- (C) O cumprimento depende de nova ação de conhecimento, com citação do Município e sentença específica que autorize expedição de precatório após formação de liquidez do título.
- (D) O bloqueio eletrônico é regra em condenação contra a Fazenda, e a impugnação se limita a erros materiais, pois a matéria já foi definida na fase de conhecimento.
- (E) O credor deve ajuizar execução trabalhista, pois créditos remuneratórios de servidor seguem competência material da Justiça do Trabalho para satisfazer o título judicial.

Questão 42

No sistema tributário municipal, o Imposto Sobre Serviços (ISS) depende de norma geral de lei complementar para definir materialidade e critérios de incidência.

Marque a alternativa correta sobre o ISS.

- (A) O ISS incide sobre serviços definidos em lei complementar, e o local de recolhimento segue, em regra, o estabelecimento prestador, com exceções previstas para atividades específicas.
- (B) O ISS incide sobre circulação de mercadorias e se recolhe no destino final, com repartição automática da receita entre Municípios conforme valor agregado na operação.
- (C) O ISS alcança exportação de serviços de forma plena e se recolhe no domicílio do tomador, pois a competência municipal se vincula ao consumo do serviço.
- (D) O ISS se caracteriza como imposto real sobre propriedade urbana e adota base de cálculo do valor venal do bem, com alíquotas progressivas nacionais.
- (E) O ISS possui crédito financeiro entre Municípios e adota alíquota única nacional, com compensação por câmara intermunicipal e registro centralizado de arrecadação.

Questão 43

Na fase de execução trabalhista, a estratégia muda porque o debate se concentra em cálculo, garantia e atos expropriatórios.

Marque a alternativa correta sobre meios de impugnação e recurso na execução.

- (A) O recurso típico na execução é a apelação, com devolução ampla da matéria e efeito suspensivo automático, com delimitação genérica de valores e itens impugnados.
- (B) O recurso ordinário cabe contra qualquer decisão na execução, e embargos à execução se prestam apenas a nulidades absolutas do processo de conhecimento.
- (C) O agravo de instrumento substitui o agravo de petição, e a impugnação aos cálculos se resolve por perícia obrigatória em todo processo de execução.
- (D) O agravo de petição é o recurso típico da execução, com delimitação justificada de matérias e valores impugnados, convivendo com embargos à execução e impugnação aos cálculos conforme o caso.
- (E) Os embargos de declaração encerram a execução quando acolhidos, pois substituem atos expropriatórios e conduzem à extinção do crédito por efeito integrativo da decisão.

Questão 44

Sobre poder constituinte originário e derivado, analise as afirmativas.

- I. Emenda constitucional pode abolir voto direto e periódico quando aprovada em dois turnos por três quintos de cada Casa do Congresso.
- II. O poder constituinte derivado reformador sofre limites materiais, formais e circunstanciais previstos na Constituição.
- III. Proposta de emenda constitucional pode ser apresentada por um terço dos membros da Câmara ou do Senado, pelo Presidente da República ou por mais da metade das Assembleias Legislativas.
- IV. A emenda aprovada é promulgada pelas Mesas da Câmara e do Senado, com numeração própria, após votação em dois turnos em cada Casa.
- V. Revisão constitucional depende de plebiscito periódico para legitimar alterações do texto, com convocação a cada década por lei ordinária.

Estão corretas as afirmativas:

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) I, II, III e IV, apenas.
- (C) II, III e V, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III, IV e V.

Questão 45

No cotidiano da Administração Pública, atos com efeitos externos pedem publicidade para viabilizar controle, mas isso convive com sigilo legal e dever de motivação.

Marque a alternativa correta sobre o princípio da publicidade.

- (A) Publicidade se cumpre com extrato do ato, mantendo a motivação restrita a expedientes internos e afastando acesso público aos fundamentos por via administrativa.
- (B) Publicidade se realiza por abertura integral do processo a qualquer interessado, inclusive dados pessoais e segredos industriais, bastando referência genérica ao interesse público.
- (C) Publicidade impõe divulgação do ato e acesso aos fundamentos, com restrições legais motivadas, proteção de dados e registro íntegro no processo para controle e rastreabilidade.
- (D) Publicidade fica condicionada à provocação do interessado, com comunicação individual por e-mail institucional e registro sumário, pois a motivação se presume na atuação administrativa.
- (E) Publicidade atende à eficiência quando a Administração divulga o resultado em extrato e preserva motivos em relatório anual, tratando o mérito como tema de controle eventual.

Questão 46

Sobre limitações constitucionais ao poder de tributar, imunidade, isenção e não incidência, analise as afirmativas.

- I. A imunidade decorre da Constituição e impede instituição de tributo em determinadas hipóteses, limitando a competência tributária dos entes federativos.
- II. A isenção decorre de lei infraconstitucional e afasta a exigibilidade do tributo nas condições, prazo e alcance definidos pelo legislador competente.
- III. A não incidência pode resultar de ausência de hipótese de incidência na norma tributária ou de delimitação constitucional de competência, antes mesmo da formação do crédito.
- IV. A anterioridade anual e a anterioridade nonagesimal funcionam como limitações ao poder de tributar, com exceções constitucionais aplicáveis a tributos específicos.
- V. A imunidade pode ser revogada por lei ordinária municipal no mesmo exercício financeiro, como instrumento de ajuste arrecadatário em período de crise fiscal.

Estão corretas as afirmativas:

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) I, II, III e IV, apenas.
- (C) II, III e V, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III, IV e V.

Questão 47

Sobre obrigações, contratos e responsabilidade civil, analise as afirmativas.

- I. A responsabilidade civil contratual exige dano moral presumido em qualquer inadimplemento, dispensando demonstração de ofensa concreta a direitos da personalidade.
- II. O inadimplemento absoluto autoriza resolução do contrato e perdas e danos quando o cumprimento perde utilidade ao credor, diante do contexto do negócio.
- III. A cláusula penal pode substituir indenização por perdas e danos e se sujeita a redução equitativa quando o valor se mostra excessivo em relação ao prejuízo.
- IV. A mora do devedor extingue a obrigação principal e transforma o vínculo em obrigação natural, produzindo apenas efeitos morais na relação jurídica.
- V. A boa-fé objetiva atua como padrão de conduta e fonte de deveres anexos, influenciando interpretação, execução e controle de abusos no contrato.

Estão corretas as afirmativas:

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) I, II, III e IV, apenas.
- (C) II, III e V, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III, IV e V.

Questão 48

No contrato de terceirização de vigilância firmado por um Município, o inadimplemento de verbas trabalhistas pela empresa contratada coloca em debate a Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Marque a alternativa correta sobre a responsabilidade do ente público.

- (A) O inadimplemento pode gerar responsabilidade subsidiária do ente público quando se evidencia falha na fiscalização do contrato, com vínculo ao dever de acompanhar obrigações trabalhistas.
- (B) A responsabilidade do ente público se configura como solidariedade em qualquer terceirização, com pagamento imediato ao empregado e posterior regresso contra a contratada.
- (C) A terceirização em atividade-fim gera vínculo direto com o Município, com equiparação remuneratória e estabilidade, pois o tomador passa a ser empregador por presunção.
- (D) A responsabilidade subsidiária depende de confissão do gestor em audiência e prova de fraude, pois o inadimplemento se apresenta como risco ordinário do empreendimento terceirizado.
- (E) A Súmula 331 limita responsabilização do ente público em contratos administrativos, pois a obrigação trabalhista se concentra no empregador formal e na sua escrituração contábil.

Questão 49

Na prática forense, a diferença entre prescrição e decadência costuma decidir se a pretensão ainda tem caminho útil.

Marque a alternativa correta sobre distinção e efeitos.

- (A) Prescrição alcança a pretensão e admite causas legais de suspensão e interrupção, enquanto decadência recai sobre direito potestativo e, em regra, segue regime mais restrito.
- (B) Prescrição recai sobre o direito subjetivo e extingue o vínculo, enquanto decadência se dirige a pretensões patrimoniais e admite renúncia ampla após o prazo.
- (C) Decadência depende de arguição do interessado e admite interrupção por protesto judicial, enquanto prescrição se reconhece de ofício de modo amplo em toda hipótese.
- (D) Prescrição e decadência compartilham contagem e causas modificativas, diferenciando-se apenas pela extensão do prazo, que na decadência tende a ser maior.
- (E) Decadência convencional recebe o mesmo regime da legal, com impedimento, suspensão e interrupção, cabendo ao juiz mitigar a perda do prazo por equidade.

Questão 50

No Código de Processo Civil, a estabilização da tutela antecipada requerida em caráter antecedente ocorre quando:

- (A) a tutela é concedida em sentença e, após trânsito em julgado, impede rediscussão por ação autônoma, produzindo coisa julgada material sobre a lide principal.
- (B) a tutela é concedida liminarmente e, em audiência de conciliação, as partes ratificam o pedido, convertendo o provimento em acordo homologado por termo judicial.
- (C) a tutela é concedida e produz efeitos, e a parte ré deixa de interpor agravo de instrumento, tornando a decisão estável, sujeita a ação revisional no prazo legal de dois anos.
- (D) o autor adita a inicial e o réu apresenta contestação, encerrando a fase antecedente e conduzindo o processo ao julgamento do mérito, com manutenção automática do provimento.
- (E) o réu apresenta contestação parcial e o juiz revoga a tutela, mantendo o processo voltado à apuração de danos processuais e imposição de multa por má-fé.

Questão 51

No fim de uma semana movimentada, um despacho do Prefeito cassou o alvará de funcionamento de um restaurante, com efeitos imediatos, citando infração sanitária. O proprietário tem cópia integral do processo e documentos que sustentam a tese e busca medida judicial rápida.

Assinale a alternativa correta quanto ao instrumento constitucional cabível.

- (A) Ação popular, proposta por cidadão, voltada à invalidação de ato lesivo ao patrimônio público ou à moralidade administrativa, com instrução probatória ampla no processo.
- (B) Mandado de segurança, por envolver direito líquido e certo demonstrado por prova pré-constituída, com impugnação direta a ato de autoridade municipal.
- (C) Habeas corpus, pela repercussão econômica do fechamento do estabelecimento, que se apresenta como restrição indireta à liberdade de locomoção do proprietário e da equipe.
- (D) Mandado de injunção, diante de omissão normativa municipal que impeça o exercício da liberdade econômica, exigindo provimento judicial de integração do texto constitucional.
- (E) Habeas data, para obter acesso e retificação de dados pessoais presentes no processo administrativo, com foco em cadastro e registros internos do Município.

Questão 52

Na revisão de portarias, autos de infração e processos disciplinares, confundir poderes administrativos costuma gerar nulidades silenciosas.

Assinale a alternativa correta sobre poder de polícia, hierárquico e disciplinar.

- (A) Poder regulamentar decide recursos administrativos, poder hierárquico impõe controle judicial anterior e poder disciplinar alcança usuários de serviços públicos em geral por infrações contratuais.
- (B) Poder de polícia envolve coercibilidade e pode ser autoexecutório nas hipóteses admitidas em lei, poder hierárquico admite delegação e avocação motivada e poder disciplinar dirige sanções a servidores e contratados vinculados.
- (C) Poder vinculado amplia a liberdade de escolha do administrador, poder disciplinar confere fiscalização financeira e poder regulamentar legitima cassação de licenças por conveniência direta.
- (D) Poder hierárquico afasta exigência de motivação, poder de polícia se forma por atos tácitos e poder disciplinar produz efeitos penais automáticos em razão de infração administrativa.
- (E) Poder regulamentar cria obrigações primárias, poder de polícia se baseia em multa desprovida de previsão legal e poder vinculado opera com discricionariedade ampla na escolha do interesse público.

Questão 53

No Município, o controle externo envolve Tribunal de Contas e Câmara de Vereadores, com reflexo direto na responsabilização política do chefe do Executivo.

Marque a alternativa correta sobre apreciação das contas do Prefeito.

- (A) O parecer prévio do Tribunal de Contas é apreciado pela Câmara, e sua rejeição exige quórum de dois terços dos vereadores, conforme regra constitucional de controle externo.
- (B) O parecer do Tribunal de Contas tem efeito vinculante e substitui julgamento legislativo, restando à Câmara homologação formal por maioria simples em sessão ordinária.
- (C) As contas do Prefeito são julgadas em definitivo pelo Tribunal de Contas, cabendo à Câmara apenas apreciar contas de secretarias e entidades da Administração Indireta.
- (D) O julgamento das contas é ato administrativo do Executivo, pois a Câmara atua como órgão consultivo e o Tribunal de Contas exerce fiscalização contábil sem emitir parecer.
- (E) O parecer do Tribunal de Contas se afasta por votação secreta e maioria absoluta, pois a transparência se mantém pela publicação do resultado ao final da sessão.

Questão 54

Sobre organização sindical, analise as afirmativas.

- I. A Constituição adota unicidade sindical por base territorial, impedindo a coexistência de mais de um sindicato da mesma categoria na mesma base.
- II. A base territorial mínima para organização sindical corresponde à área de um município, e a definição da base consta do estatuto aprovado pela categoria.
- III. A contribuição sindical depende de autorização prévia e expressa do trabalhador para ser descontada.
- IV. A assembleia da categoria aprova estatuto, define formas de administração e elege dirigentes, observadas as regras internas e a transparência do processo.
- V. A representação sindical legitima negociação coletiva e atuação em dissídios coletivos, observados critérios legais de representatividade e de legitimidade.

Estão corretas as afirmativas:

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) I, II, III e IV, apenas.
- (C) II, III e V, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III, IV e V.

Questão 55

Na licitação, a lógica de fases e a vinculação ao instrumento convocatório definem o caminho do processo.

O procedimento licitatório se organiza, em linha geral, por:

- (A) escolha do vencedor, homologação imediata, assinatura do contrato, recebimento de propostas e habilitação posterior, com recursos voltados a confirmar a regularidade do certame.
- (B) contratação emergencial por termo de referência, divulgação posterior do edital e julgamento por comissão permanente, com fixação de preço após a assinatura do contrato.
- (C) habilitação prévia e definitiva de todos os interessados, julgamento restrito ao menor preço, adjudicação e divulgação do edital após a fase recursal para ciência do mercado.
- (D) planejamento, divulgação do edital, recebimento de propostas e lances, julgamento, habilitação, fase recursal, adjudicação e homologação, conforme regras do edital.
- (E) julgamento por técnica e preço, negociação com todos os participantes, eliminação da fase recursal e assinatura do contrato como etapa de encerramento do processo.

Questão 56

No controle de um ato de remoção de servidor, a Administração invoca interesse público e registra motivo específico, citando queda de produtividade na unidade de origem.

Marque a alternativa correta sobre os efeitos da indicação do motivo determinante.

- (A) A indicação de motivo específico vincula a validade do ato à existência e à veracidade desse motivo, e a desconexão entre motivo declarado e realidade pode conduzir à invalidação.
- (B) A indicação de motivo transforma o ato em vinculado e impede revogação, pois o mérito administrativo passa a integrar legalidade estrita sob controle jurisdicional.
- (C) O motivo declarado serve como justificativa e admite substituição posterior por razões diversas, desde que o objeto permaneça útil ao serviço e a finalidade seja pública.
- (D) O controle do motivo se restringe a atos vinculados, pois atos discricionários se sustentam por presunção de legitimidade e se mantêm com base em conveniência superveniente.
- (E) A teoria dos motivos determinantes opera em atos normativos gerais, e atos de gestão de pessoal se avaliam por critérios de eficiência definidos pela chefia, com controle judicial limitado.

Questão 57

No serviço público de educação, a repartição de competências e o regime de colaboração orientam convênios, financiamento e responsabilidade por oferta.

Marque a alternativa correta conforme a Lei Federal nº 9.394/96.

- (A) O Município concentra oferta de educação superior e define currículo nacional obrigatório, enquanto Estados e União atuam por cooperação técnica em escolas municipais.
- (B) A União assume oferta prioritária de educação infantil e ensino fundamental, e Municípios atuam por delegação em atividades suplementares definidas pelo Ministério da Educação.
- (C) O Estado organiza sistema municipal de ensino por hierarquia, e o Município executa metas estaduais, limitando sua atuação a programas de transporte e alimentação escolar.
- (D) O Município atua prioritariamente na educação infantil e no ensino fundamental, organiza seu sistema de ensino e coopera com Estados e União no regime de colaboração previsto em lei.
- (E) A educação básica se estrutura por concessão e permissão a particulares, com tarifas pagas por usuários e regulação municipal por contrato de gestão educacional.

Questão 58

No fim de uma fiscalização em canteiro urbano, um auto de infração foi lavrado por auditor-fiscal do trabalho, com multa por suposta irregularidade em jornada e descanso. A empresa quer discutir enquadramento e juntar documentos.

Assinale a alternativa correta sobre o fluxo do processo de multas administrativas trabalhistas.

- (A) O auto gera cobrança judicial imediata, e a discussão administrativa se limita a pedido de reconsideração dirigido ao próprio autuante para reavaliar a capitulação.
- (B) A autuação abre conciliação obrigatória, e o pagamento parcial encerra o processo, com quitação automática e arquivamento do auto em registro interno.
- (C) A impugnação depende de acordo coletivo firmado após a autuação, que substitui o julgamento administrativo e direciona a multa para dissídio coletivo no Tribunal.
- (D) A autuação inicia prazo para defesa administrativa com prova documental, segue para decisão de autoridade competente, admite recurso e, ao final, viabiliza inscrição para cobrança.
- (E) A defesa tramita na Vara do Trabalho, com audiência inicial, recurso ordinário ao Tribunal Regional do Trabalho e execução direta nos próprios autos do processo.

Questão 59

Sobre o contrato individual de trabalho, analise as afirmativas.

- I. A alteração contratual exige mútuo consentimento e preservação do equilíbrio, admitindo variações próprias do jus variandi dentro dos limites legais e do conteúdo ocupacional.
- II. A suspensão contratual costuma afastar a prestação de trabalho e o pagamento de salário, com repercussões na contagem de tempo de serviço conforme previsão legal.
- III. O princípio da continuidade influencia a leitura de contratos a termo e de rescisão, favorecendo interpretação que reconheça vínculo duradouro quando os fatos apontam permanência.
- IV. O contrato intermitente pressupõe alternância entre prestação e inatividade, com convocação formal e pagamento das parcelas proporcionais ao final de cada período trabalhado.
- V. O empregado hipersuficiente pode pactuar cláusulas com força semelhante à negociação coletiva em matérias autorizadas, observados requisitos de escolaridade e remuneração previstos em lei.

Estão corretas as afirmativas:

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) I, II, III e IV, apenas.
- (C) II, III e V, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III, IV e V.

Questão 60

No fim de semana, uma família compra um aquecedor elétrico. O aparelho funciona por poucas semanas e, em uso regular, entra em combustão, causando queimaduras e dano em móveis. A loja oferece troca do produto, e a família procura orientação jurídica.

Assinale a alternativa correta sobre enquadramento e prazo.

- (A) Trata-se de vício do produto, com decadência de noventa dias para reclamar, e a resposta se resolve por reparo, abatimento do preço ou troca dentro de prazo razoável.
- (B) Trata-se de fato do produto, com responsabilidade objetiva na cadeia de fornecimento e prescrição de cinco anos contada do conhecimento do dano e da autoria.
- (C) Trata-se de inadimplemento contratual comum, com culpa do fornecedor a ser demonstrada e prescrição decenal contada da compra, em razão do risco inerente ao bem durável.
- (D) Trata-se de vício de qualidade, com decadência de trinta dias por envolver segurança, e a indenização se limita ao valor pago, afastando reparação por danos morais.
- (E) Trata-se de fortuito interno do consumidor, com inversão do ônus da prova em desfavor da vítima e prescrição trienal contada do evento danoso.